

# AS IMBRICADAS RELAÇÕES NO TERRITÓRIO E NA PAISAGEM RURAL DE MEDIANEIRA-PR

Marilucia Ben<sup>1</sup>  
Marli Terezinha Szumilo Schlosser<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo é resultado das leituras e das reflexões feitas para a construção da dissertação no mestrado e tem o objetivo de analisar as relações de poder da Cooperativa Agroindustrial Lar imbricadas nos territórios e nas paisagens rurais do município de Medianeira – PR. Para entender essa relação se fazem necessárias algumas considerações a partir do conceito de território e de paisagem. A atuação do capitalismo na mudança da base técnica e econômica e no modo de vida do camponês é outro ponto aqui analisado. Esse processo se tem dado de modo desigual e contraditório: ao mesmo tempo em que o capital se expande por alguns setores da agricultura, estabelecendo relações capitalistas de produção, contraditoriamente, cria relações não capitalistas de produção no campo, como as relações camponesas de produção. Trata-se de visualizar essas transformações no espaço rural do oeste paranaense e entender como se desenvolveu a subordinação da agricultura à indústria. Procura-se também de fazer alguns apontamentos sobre as relações existentes entre a indústria fornecedora de insumos e a processadora da produção agrícola, motivada principalmente pelo sistema chamado de “Cooperativismo Empresarial”.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Modernização agrícola. Território. Paisagem

**ABSTRACT:** This article is the result of readings and reflections for the construction of the master's dissertation, aims to examine the power relations of Cooperativa Agroindustrial Lar overlapping territories in the countryside and the city of Medianeira - PR. To understand this relationship, it is necessary some considerations from the concept of territory and landscape. The role of capitalism in changing the basic technical and economic way of life of the peasant is another point under consideration. This process has occurred unevenly and contradictory: while the capital is expanded by some sectors of agriculture by establishing relations of capitalist production, paradoxically, creates non-capitalist relations of production in the field, such as rural relations of production. This is view these changes in rural areas of western Parana and see how developed the subordination of agriculture to

---

<sup>1</sup> Professora de Geografia Graduada na Uniguapu-Faes, especialista em Gestão Ambiental pela Faculdade Bagozzi e mestranda do Curso de Mestrado em Geografia na Unioeste de Francisco Beltrão/PR. Participante do Grupo de Pesquisa GEMMA – Geografia, Mídia, Migrações e Ambiente e Linha de Pesquisa. (luciaben15@hotmail.com).

<sup>2</sup> Pós-doutoranda em Geografia, professora do Curso de Geografia da UNIOESTE - *Campus* de Marechal Cândido Rondon. Integrante do Laboratório e Grupo de Pesquisa GEMMA – Geografia, Mídia, Migrações e Ambiente e Linha de Pesquisa MMAPE – Mídia, Mediações, Ambiente e Práticas de Ensino. (marlisch20@hotmail.com).

industry. Search also make some notes about the relationship between supply industry input and processing of agricultural production, primarily motivated by the so-called "Cooperative Enterprise."

**Keywords:** Cooperatives. Agricultural modernization. Territory. Landscape

## A TERRITORIALIDADE DO ESPAÇO RURAL

Busca-se, neste artigo, definir as bases teóricas a respeito da "Modernização da Agricultura" e os nós desse processo pontuando a territorialidade da Cooperativa Agroindustrial Lar e a sua influência na produção do espaço rural no município de Medianeira- PR.

O processo de modernização do campo, iniciado a partir da década de 1960, foi responsável por um extraordinário incremento na produção geral de grãos no país. As novas tecnologias, aliadas a um pacote de insumos, tornaram possível a produção em larga escala para o cultivo de grãos. Todo esse crescimento em termos produtivos, no entanto, não foi acompanhado pelo desenvolvimento socioeconômico dos produtores das áreas atingidas por tal processo.

Nesse contexto, os resultados do processo de modernização agrícola implementado no oeste paranaense, em especial, no município de Medianeira, foram fortemente acompanhados do sistema cooperativista. Os produtores que viviam na área estudada foram gradativamente sendo introduzidos no mercado, pois foi através da Cooperativa Agroindustrial Lar que os pequenos produtores se especializaram na produção direcionada pelo capital e atenderam ao perfil estabelecido pelo Estado para participar dos programas de desenvolvimento agrícola. Em sua maioria, os produtores estavam ligados à produção de grão, que, claramente, foi um dos fatores responsáveis para os programas propostos.

A análise acerca do território enquanto conceito se dá a partir das relações de poder, este baseado no caráter político-econômico, relações que se assumem como processos geradores de territorialidades. Diante da ideia apontada, há a necessidade de pensar a territorialização da Cooperativa Agroindustrial Lar e sua dinâmica no espaço rural de Medianeira.

O cooperativismo cumpriu, nesse contexto, um papel híbrido. Ao mesmo tempo em que foi o sustentáculo para introduzir a modernização agrícola na região,

inseriu o consumo no campo, permitindo que alguns produtores familiares tecnificassem a sua propriedade a favor do grande capital e das grandes empresas fornecedoras de insumos e processadoras de alimentos. Esse fato manteve os produtores familiares de Medianeira em uma situação de subordinação ao capital.

Para nos aprofundarmos nesse sentido utilizamos a contribuição de Raffestin (1980/1981/1993) e de Michel Foucault, dizendo que o poder está presente nas ações do governo do Estado, das agroindústrias, aqui representadas pela Cooperativa Agroindustrial Lar, organizações e nas relações sociais que determinam a vida cotidiana, visando o controle e a dominação sobre os homens. O dinheiro vem sendo gerador de poder (MARX, 1978, p. 31), que resulta nas transformações espaciais, como a modernização da agricultura, a divisão do trabalho, o êxodo rural, etc. E as relações sociais aqui presentes são imbricadas entre camponeses, empresas e governo de Estado.

Essa combinação de ações do Governo do Estado, somada à ação das empresas (multi e trans)nacionais, organizações, relações sociais e econômicas, representou grandes mudanças no espaço rural. A modernização da agricultura brasileira refletiu na “industrialização da agricultura”, tornando-a uma atividade nitidamente empresarial, abrindo um mercado de consumo para as indústrias de máquinas e de insumos modernos, subordinando as propriedades rurais à sua dinâmica.

Segundo Graziano Neto (1985, p. 27),

[...] a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente.

Com novas técnicas e equipamentos modernos, o produtor passa a depender cada vez menos da “bondade” da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com os interesses do capital. Assim, no entanto, por esse caminho a agricultura está cada vez mais subordinada à indústria, que dita as regras de produção, com adaptações na base técnica de produção de acordo com as necessidades do mercado, fazendo com que, se o clima é seco se irriga a produção; se o solo está se esgotando, utiliza-se adubação química; se há lugares de várzea, se faz drenagem para produzir modificando a natureza. Nesse caso, através de uma camuflada

conservação e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, apresentou a obtenção de maior produtividade.

Houve, portanto, a configuração de novas territorialidades no campo, influenciando a mudança no modo de vida cotidiana do camponês<sup>3</sup> e a alteração da natureza.

Para evitar ambiguidades conceituais, nos remetemos a analisar e a adotar os conceitos de espaço e de território na visão de Claude Raffestin (1993), para quem o espaço geográfico é entendido como substrato, palco, preexistente ao território.

Nas palavras de Raffestin (1993), podemos observar que:

É essencial compreender que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do espaço ao território: “A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estadas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas, etc.” O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por conseqüência, releva relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Raffestin e Lefebvre contribuem para a discussão, pois o ator referido é, nessa ocasião, representado pelo governo de Estado, que dinamiza seu poder a nível local e global, influenciando desde a vida cotidiana do camponês até a sua articulação no mercado mundial. Assim, portanto, as territorialidades de lideranças religiosas, privadas e públicas, formam territórios, desempenhando papel de dominação e de poder dentro da sociedade, (re)produzindo relações sociais. Os líderes religiosos, o governo de Estado e empresa colonizadora se apropriaram do espaço, concreta (rodovias, ferrovias, comércio) e abstratamente (língua, informação, ideologias, leis), efetivando a colonização, (re)produzindo relações de poder.

Nesse processo, o espaço rural acaba virando uma disputa de poder entre as lideranças religiosas, governo de Estado e empresas, onde esse “poder visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas”, construindo as malhas, nós e redes, delimitando campos de ação (RAFFESTIN 1993, p. 58).

---

<sup>3</sup> “O conceito de camponês designa um sentido próprio à organicidade interna, que tem no tripé terra, trabalho e família o seu sustentáculo”. (PAULINO, 2006, p. 31).

Podemos, portanto, observar que a natureza, enquanto recurso natural, é entendida como elemento presente no território, e que seu uso e transformação servem como instrumento de poder. “O território [...] é a cena do poder e o lugar de todas as relações” e o poder exerceria sua ação, por meio da população, do território e dos recursos que são os trunfos que regem esse processo (RAFFESTIN 1993, p. 58).

Nesse caso, a exploração da natureza continua sustentando a construção econômica do território, pois o poder exercido pelo governo de Estado e pelas empresas produtoras de insumo, de equipamentos e processadoras toma a natureza enquanto recurso para a produção de tecnologia e para o acúmulo de capital. Essas indústrias passaram a pressionar, (in)diretamente, a agricultura a se modernizar, almejando a venda cada vez maior de seus insumos e produtos. O que vai, porém, realmente dar impulso na transformação da base técnica da produção agrícola é o incentivo governamental através do chamado crédito rural, viabilizado principalmente a partir de meados da década de 1960 no Brasil.

O território, associado às malhas, aos nós e às redes, forma instrumentos invariáveis de que parte da sociedade se “utiliza para construir uma ‘reserva’ e, da mesma forma, se precaver contra as modificações do meio” (RAFFESTIN 1993, p. 181). As relações de poder referidas são encontradas na globalização, relações que se (re)constroem, formando novos territórios e territorialidades “que subverte[m] o jogo da evolução territorial e impõe[m] novas lógicas” (SANTOS, 2002, p. 79).

Essa nova lógica, no uso do espaço rural, é implantada pelas empresas agrícolas, representadas pelas agroindústrias, que se organizam seguindo padrões globais, interferindo na vida cotidiana das pessoas que vivem no campo, modificando seus hábitos e tradições, introduzindo o consumo de produtos industrializados.

Segundo Müller (1989, p. 45):

O complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.

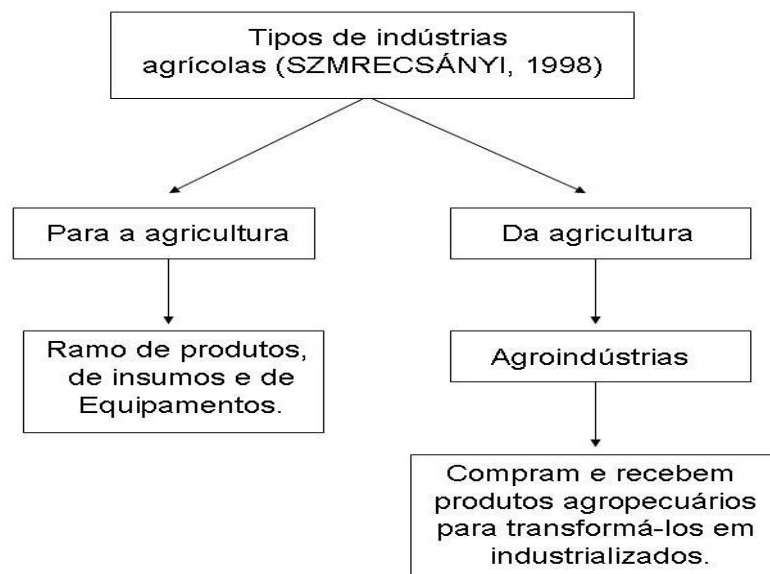
As formas dinâmicas e modernas de produzir se tornaram influentes com resistências da agroecologia. A agroindústria serviu de ponte de ligação entre agricultura e indústria, mudando o modo de vida do camponês através da introdução da tecnologia no processo produtivo. Esse processo retira do camponeses o poder de atuarem isoladamente na produção de suas culturas e passaram em grande parte a se tornarem reféns de um sistema produtivo voltado para a padronização de alimento de procedimento duvidoso, com uso de hormônios, medicamentos, etc.

A dinâmica pela qual se desenvolveu a tecnologia e economia modificou as paisagens rurais, transformando-as em rural-urbanas, onde a industrialização da agricultura submeteu o campo à cidade. Sobre a questão, Graziano da Silva (1999) ressalta que o crescimento das atividades não agrícolas no campo está ocasionando uma urbanização do meio rural, tanto nas áreas de agricultura tradicional quanto nas de agricultura moderna, resultando na fusão espacial, chamado pelo autor de “novo rural brasileiro”. Surgiram grandes centros urbanos, aumentou a população das cidades em relação ao campo e, com isso, esse crescimento arrancou uma grande parte da população da vida rural, o que, em termos, já está prevista em Marx e Engels (2005).

Nesse contexto, de acordo com Graziano da Silva (1986), a partir do final de 1960 e início de 1970, a agricultura, no Centro-Sul do Brasil incorpora o consumo de insumos industriais, como fertilizantes, venenos, máquinas e equipamentos agrícolas e as propriedades rurais voltam-se para o mercado, especializando a produção de acordo com as necessidades do consumo na cidade e da produção industrial.

É importante salientar que se configuram na agricultura dois tipos de indústrias, como mostra a Figura 01, sendo a fornecedora de insumos e equipamentos e a processadora dos produtos agropecuários. Em resumo, sendo: indústria para agricultura (insumos) e indústria da agricultura (produtos alimentícios).

Figura 01. Tipos de indústrias agrícolas.



Esse sistema resultou na chamada “Modernização da Agricultura”, que direciona o consumo das propriedades rurais ao mercado e especializa sua produção de acordo com as necessidades da indústria, que, por sua vez, implanta os conhecidos “Pacotes tecnológicos”. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e insumos e a indústria a jusante é a processadora de matérias-primas agrícolas representadas pelas agroindústrias.

As mudanças econômicas e técnicas ocorridas ao longo do capitalismo foram aprofundando as relações campo-cidade e reduzindo a distância entre os dois espaços e os fenômenos a eles relacionados. Essas mudanças promoveram o fortalecimento do poder das cidades, de comandar a organização de vastos territórios, neles incluídos os espaços rurais, cada vez mais subjugados pelo vigor do fenômeno urbano. Essa realidade resultou em um viés de análise, de origem marxista, que analisa a ocorrência de uma homogeneização dos espaços rurais e urbanos. Assim, portanto, o grande capital que se territorializa no campo mantém a agricultura subordinada aos mercados oligopolistas, tanto na compra de insumos como na venda de sua produção, fortalecendo então os grandes vendedores e os grandes compradores.

Os espaços rurais e urbanos têm passado por rápidas e intensas transformações, as quais têm refletido, de forma direta, uma reorganização do espaço, redefinindo relações e construindo novas territorialidades, que se exemplificam a partir da mecanização. Muitos trabalhadores desse do espaço rural

perderam seus postos de trabalho, resultando em um grande fluxo de trabalhadores rurais para as cidades, em busca de trabalho nas indústrias, fenômeno denominado de êxodo rural.

As discussões acerca da homogeneização dos espaços rural-urbanos se tornam mais acirradas a partir da década de 1970, com a publicação do livro “A Revolução Urbana”, de Henri Lefebvre, onde o autor discute a urbanização completa da sociedade. Ele denomina “‘sociedade urbana’ aquela que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real”. (LEFEBVRE, 1999, p. 15).

A sociedade urbana referida pelo autor é representada pela industrialização e pelo mecanismo que a rege, é dominar e absorver a produção agrícola, resultando na transformação dos grupos tradicionais, próprios à vida agrícola, fazendo com que esses mesmos grupos se integrem à indústria e a seus produtos de consumo.

As concentrações das populações acompanhada dos meios de produção sinalizam uma tendência da coletividade urbana, que resulta da urbanização quase que completa da sociedade, com a transformação radical das antigas formas urbanas e rurais, e dos antigos modos de vida.

O *tecido urbano* prolifera, estende-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, ‘o tecido urbano’, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo.” (LEFEBVRE, 1999, p. 17, grifos do autor).

Não se pretende aqui pensar a extinção dos espaços rurais em função do avanço do processo de urbanização -- visto que campo e cidade são espaços que se diferenciam frente ao fortalecimento de suas peculiaridades --, mas, sim, chamar a atenção para a modificação no modo de vida das pessoas a partir da industrialização e da modernização da agricultura e ainda sua subordinação à cidade.

No espaço rural, a ação das empresas reflete na sua territorialização e na materialização dos capitais fixos, articulando o modo produtivo estabelecido, ou seja:

Estradas, silos, frigoríficos, portos com terminais de uso exclusivo e tantos outros objetos indicam a força dos capitais fixos no território. Mas esse arranjo de objetos não funciona sem um acréscimo contínuo de máquinas de plantio e colheita, tratores, sementes híbridas e fertilizantes, isto é, um capital constante (orgânico) que, por sua vez, precisa de energia e informação, que são também normas (calendários agrícolas, instrutivos de utilização dos produtos, etc.). (SANTOS e SILVEIRA, 2004, p. 132).



De acordo com Santos e Silveira (2004), as empresas, com a ajuda do governo de Estado, tecnificaram o espaço rural, reproduzindo uma agricultura empresarial. A articulação entre o local e global faz alguns camponeses deixarem de ser produtores de subsistência e passarem a produzir fundamentalmente para o mercado, consumindo os “Pacotes Tecnológicos”, padronizando a produção com culturas que atendem a essas necessidades, que, segundo Fleischfresser (1988, p. 13),

[...] há quase uma certa obrigatoriedade de seu uso entre os produtos mercantis, na medida em que os mercados intermediários dos produtos *in natura* ou beneficiados (agroindustriais, cooperativas, supermercados, setor externo, etc.) passam a exigir que os produtores apresentem certas características de padronização – tamanho, peso e outras – que, para serem atingidas, o produtor necessariamente deverá usar sementes ou mudas selecionadas.

Para desempenhar o papel de levar informação ao campo surge o chamado “Cooperativismo Empresarial”, que, com ajuda do governo de Estado, desenvolve mecanismos com objetivos de desenvolver as agroindústrias processadoras e fornecedoras de insumos. Sendo assim, “a produção agropecuária deixará de ser uma esperança ao sabor das forças da Natureza, para ser uma certeza sob o comando do capital” (GRAZIANO DA SILVA, 1986, p. 65), ou seja, as condições naturais são modificadas a serviço do capital, para intensificar a produtividade, utilizando-se das tecnologias físicas, químicas e biológicas.

Nesse sentido, de acordo com Graziano da Silva (1986) e Szmrecsányi (1998), o quadro que se configura no campo é a territorialidade do capitalismo e o desenvolvimento da indústria para agricultura, que fornece insumos e equipamentos para superar as barreiras impostas pela natureza e aumentar a produtividade, obtendo, assim, maiores lucros, sem se preocupar com o impacto ambiental que isso pode causar, modificando a estrutura genética de animais e de plantas, utilizando antibióticos e anabolizantes, adubação química, entre outros, garantindo a padronização de animais e de plantas, criando a agroindústria processadora desses produtos agropecuários, como mostra o Figura 02.

Figura 02 \_ Desenvolvimento do capitalismo no campo.

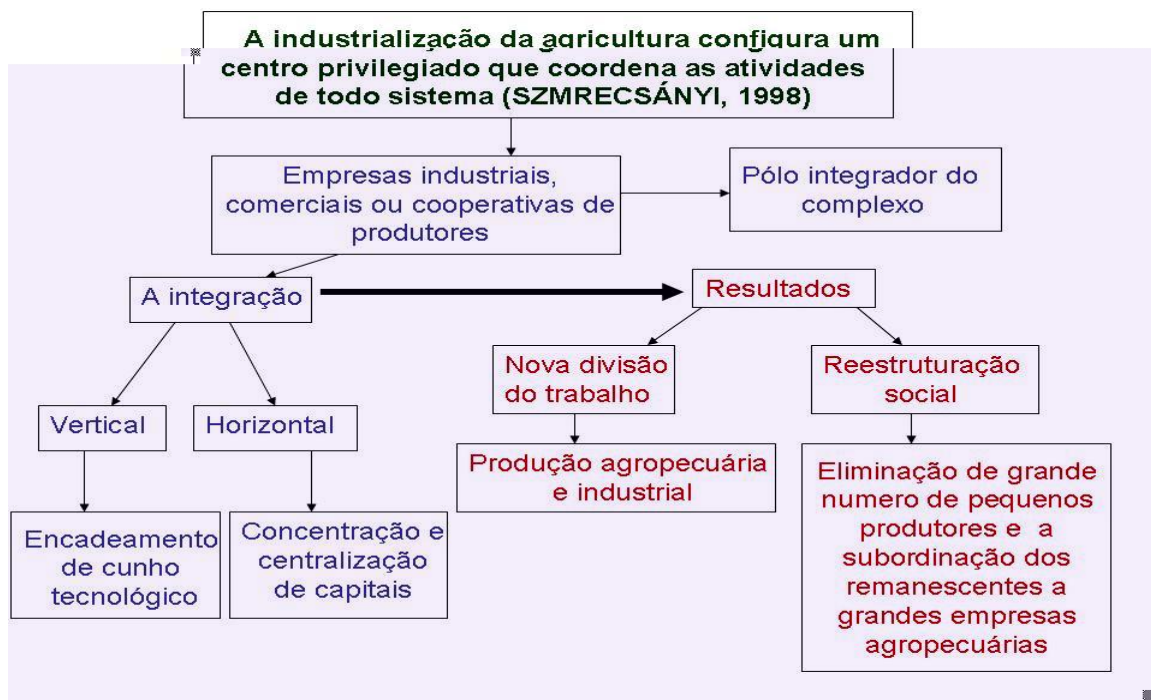


Assim, portanto, no espaço rural se configuram grandes empresas. Essas empresas articulam a economia formando novas territorialidades, influenciando o modo de vida do camponês. Em especial o “Cooperativismo Empresarial”, serviu de fomento para “doutrinar”, ou seja, territorializar a mudança nos hábitos de produção e no consumo a serviço do capital. Nesse sentido se configura a “dominação do grande capital no campo a jusante e a montante do produtor rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1986, p. 57).

Com os processos de urbanização e de industrialização, o campo brasileiro ficou subordinado-integrado à indústria processadora-fornecedora. Então, segundo Szmrecsányi (1998, p. 61), “O processo de urbanização e industrialização levam a substituir as pequenas indústrias domésticas, de âmbito local e regional pelas grandes empresas industriais capitalistas, de âmbito nacional e internacional”. As agroindústrias são os grandes atores desse processo, promovendo a concentração e a acumulação de capital, eliminando grande número de pequenas propriedades que não conseguem atender aos padrões exigidos dos mercados nacionais e estrangeiros. Um exemplo disso foi a substituição de produtos como a banha de porco pelo óleo vegetal, processado pela agroindústria.

A agropecuária assume novos vínculos no mercado interno. Trata-se dos vínculos gerados pelos setores urbanos e industriais emergentes. No início, os vínculos eram apenas da agricultura para a indústria, pois os mercados predominantes se localizavam nas cidades. A partir de 1960, o setor agropecuário passou a construir um mercado para os produtos industrializados no país com maior relevância, primeiro com bens de consumo e, posteriormente, com bens de produção, como mostra a Figura 03.

Figura 03\_ Industrialização da agricultura.



As paisagens rurais nos últimos 30 anos do oeste paranaense têm se modificado através de ações dos atores de poder – Estado, empresas (trans e multi)nacionais, cooperativas, ação do poder religioso frente à colonização e do capital – que constroem e formam territorialidades. São resultantes desse processo as formas de colonização, de estruturação produtiva, de infraestrutura de transporte, de meios de comunicação, de mecanização do campo, etc. Nesse sentido, a estruturação do município de Medianeira se deu a partir do planejamento do governo de Estado para a introdução do Projeto Iguaçu Cooperativismo (PIC), que visava à organização e à implantação de um plano integrado tendo como meta o melhor atendimento às necessidades do cooperativismo. Esse plano se estendeu para o oeste e o sudoeste do Estado do Paraná. Cada cooperativa passou a ter uma área de ação definida, que eliminou a concorrência e o relacionamento entre elas. Foi aí que se territorializou a Cooperativa Agroindustrial Lar no município de Medianeira.

Segundo Saquet (2007), a paisagem e o território após 1960-1970 são formulados em uma abordagem historicista e materialista desenvolvida por autores como Lucio Gambi, Emílio Sereni e Massimo Quaini. A abordagem é humanística, centrada na percepção de sujeitos, reconhecendo a objetividade e a subjetividade da paisagem, com uma tendência de representação e de gestão de planos de desenvolvimento do lugar. Esse movimento vem atrelado a países como França, Itália, Rússia, Alemanha e EUA. Se nos remetermos ao passado, é possível analisar

que, no Brasil, com a territorialização do sistema capitalista no campo, foi se desenvolvendo uma dinâmica local-global e mudanças no modo de vida das pessoas, pois o sistema de produção visa atender às necessidades do mercado externo, tornando-o consumidor de produtos industrializados. Hoje os produtos processados pela Cooperativa Agroindustrial Lar, como frango, suínos e óleo de soja, têm seguimentos para vários países. Esse processo revelou a mudança no modo de produção das pequenas propriedades dos associados a essa cooperativa, que, às vezes, nem sabem para onde vai sua produção.

De acordo com Saquet (2007), Gambi é o pioneiro da renovação do conceito de paisagem, pois é o primeiro que elucida a relação existente entre a forma e a estrutura na paisagem e no território. De acordo com Gambi (1961 apud SAQUET, 2007), a paisagem é constituída pelo homem historicamente e contém elementos visíveis (materiais) e o território se dá pelo invisível, ou seja, o imaterial.

Dando continuidade à discussão, na perspectiva de Luci Gambi e de Emilio Sereni (apud SAQUET, 2007), as paisagens resultam da combinação histórica e transescalar, delineando uma concepção materialista, sendo o produto das atividades dos homens de acordo com sua forma de vida, com conflitos e inovações.

Os processos econômicos evidenciam a modificação das paisagens – criando e recriando –, inserindo novos objetos no espaço. Segundo Quiani (1973 apud SAQUET, 2007), deve-se entender a paisagem agrária como um produto histórico, com descontinuidade e continuidade, levando em conta fatores ambientais e históricos. No espaço agrário, aqui tratado, a paisagem é modificada a partir das relações econômicas e tecnológicas em que o campo é inserido a partir do seu modo de produção e uma maior subordinação da natureza ao capital.

O quadro que se configura no campo brasileiro é de uma estrutura fundiária altamente pautada na concentração de terras nas mãos de uma minoria, com uma produção voltada para exportação e a crescente diminuição na produção de alimentos para o mercado interno e a marginalização dos pequenos produtores rurais.

A paisagem possui elementos naturais (relevo, clima, solo) e humanizados, que, em sua organização, permanecem em contato e interação. São todas as modificações feitas pelo homem, como nos espaços urbano e rural. É possível observar, portanto, que, no espaço rural, a natureza é vista enquanto recurso vital e podendo ser modificada de acordo com interesses econômicos de multinacionais e

de agroindústrias. Por exemplo, as paisagens das lavouras temporárias que se modificam de acordo com o ciclo e a rotação de culturas articuladas com as estações do ano (como mostram as Figuras 4 e 5 logo abaixo). No verão do oeste paranaense foi desenvolvida a cultura de soja e, no inverno, que é chamado de safrinha, se desenvolve a cultura de milho ou de aveia, com funções diferentes, pois, quando cultivado o milho então se visa o lado econômico do produtor rural e, quando cultivada a aveia, visa-se a cobertura vegetal para proteger o solo contra erosão.

Figura 04. Paisagem rural com presença de lavoura de soja na região de São Miguel do Iguçu, Paraná.



Autor: Marilucia Ben. Data: dezembro de 2004.

Figura 05. Paisagem rural com presença de lavoura de milho e maquinários agrícolas na região de São Miguel do Iguçu, Paraná, que recebe influência da Cooperativa Agroindustrial Lar.



Autor: Valter José Ben. Data: maio de 2001.

Como podemos observar, o meio rural recebe combinações de atividades agrícolas seguindo a lógica capitalista de empresas e de agroindústrias, mas “condicionada” a recursos naturais, tais como o clima, solo e relevo. Os fatores sociais e naturais correspondem a uma manifestação superficial da realidade estrutural territorial, pois estão sendo substituídos, como já foi mencionado anteriormente, por tecnologias químicas, físicas e biológicas.

No Brasil, temos a visão de Milton Santos (1991), segundo a qual paisagem é tudo aquilo que nós vemos, ou seja, tudo o que nossa visão alcança: um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais. Para ele, a paisagem tem um caráter histórico, pois seus objetos são criados em momentos diferentes, e tem uma materialidade que marca cada época, cada instante da sociedade, enquanto que o espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento, portanto a paisagem e espaço são um par dialético.

Em uma abordagem humanística, Turri (1974 e 1979 apud SAQUET, 2007) desenvolve uma proposta híbrida sobre território e paisagem. Compreende o território como uma construção histórica, enfatizando as transformações sucessivas e os valores culturais em sua relação com a paisagem. E a paisagem é a vestimenta histórica do território, mas este e as mudanças diacrônicas nele inscritas permanecem, como dados, incorporados no tecido territorial.

Nesse contexto, podemos observar que, segundo Turri (1974 e 1979 apud SAQUET, 2007), a paisagem é considerada como o visível do território, move-se, vive e envelhece com os homens. É, portanto, o que vemos no território, ela é modificada com o passar do tempo e seu principal ator é o homem.

Se observarmos as paisagens rurais no Brasil, vamos nos deparar com uma diversidade muito grande de elementos físicos e humanos que se misturam para se constituir, tais como cultura, religião, raça, agroindústria, multinacional, cooperativa, fatores históricos, bem como relevo, hidrografia, clima, vegetação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um contraste muito grande entre as paisagens rurais, pois encontramos modos de produção diferentes. Enquanto se configuram latifúndios, monoculturas, maquinários agrícolas, uso de adubos químicos e venenos, em outra parcela do espaço rural brasileiro há ainda o carro de boi e técnicas rudimentares. Esses

contrastes acontecem, pois a introdução da modernização agrícola não foi homogênea.

Para tanto, podemos perceber que o território e a paisagem produzem relações imbricadas, provocadas por atores – governo de Estado e empresas processadoras e produtoras de insumo -- que detêm o poder econômico. A modernização da agricultura fomentou a territorialização do capitalismo no campo, formando novos modos de vida, de relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

A relação cidade e campo está cada vez mais entrelaçada, pois os modos de vida e o consumo estreitaram os laços entre as duas realidades a partir da agroindustrialização. Trata-se de relações que subordinam e integram a agricultura à indústria, quem por sua vez, transforma a Natureza através da utilização da tecnologia química, física e biológica.

A industrialização passou a exigir uma reestruturação do campo, pois era “necessário preparar” o campo para produzir para a indústria (criação de suínos e de aves e ovos) e, ao mesmo tempo, receber produtos industrializados (agrotóxicos, fertilizantes, sementes melhoradas e máquinas). A Cooperativa Agroindustrial Lar serviu de ponte de ligação entre os proprietários de terra do município de Medianeira e as grandes corporações agrícolas, que visavam a exploração dessas propriedades. Ela doutrinou seus associados a serviço da padronização de alimentos e do consumo do “Pacote Tecnológico” e estimulou a mudança no modo de vida.

Assim, os chamados CAIs (Complexos Agroindustriais) cada vez mais exigiram mudanças na forma de produzir do campo, juntamente com a política de crédito agrícola proporcionada pelo governo de Estado, que instalou no campo a produção capitalismo de consumo e de produção.

Em suma, o capital industrial passou a comandar a economia do país em todos os setores, inclusive no campo, moldando-o segundo seus interesses.

Os avanços nos meios técnicos produtivos não foram, porém, homogêneos, pois excluíram os menos favorecidos, e favorecidos foram grandes proprietários de terra e seguidores da produção que eram de interesse da indústria voltada para exportação.

## **REFERÊNCIAS**

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e geografia.** Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002. – (PROPP).

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é Questão Agrária.** 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986 (12ª ed). v. 18 (Coleção Primeiros Passos).

\_\_\_\_\_. **O novo rural brasileiro.** Campinas, SO: Unicamp/Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, vol. 1).

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da agricultura moderna.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

LEFEBVRE, H. **Revolução urbana.** Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 1999. 178 p.

LOBATO, Roberto Corrêa; ROSENDAHL Zeny. Paisagem, imaginário e espaço. In: LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **A (re)significação da paisagem no período contemporâneo.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 9-28.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução de José Carlos Bruni et alii. In: **Os pensadores.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX e ENGELS. **Manifesto comunista.** São Paulo: Boitempo, 2005. 255 p.

MÜLLER, Geraldo. **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

PAULINO, Eliane T. A diversidade das lutas pela Terra. In: **Revista Eletrônica da AGB.** Seção Três Lagoas – Mato Grosso do Sul. Setembro de 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. Território e paisagem: da construção material à representação. In. **Abordagens e concepções de território.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 139-146.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 368 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização.** 9. ed. São Paulo: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** São Paulo: HUCITEC, 1991.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil - território e sociedade no início do século XXI.** 6. ed. São Paulo: Record, 2004.



SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1998.